



**SOCIEDADE
CRISE E RECONFIGURAÇÕES**

VII CONGRESSO PORTUGUÊS DE SOCIOLOGIA

19 a 22 Junho 2012

Universidade do Porto - Faculdade de Letras - Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação

ÁREA TEMÁTICA: Crenças e Religiosidades

CRENÇA E POLÍTICA ENTRE PORTUGUESES(AS): VALORES, PRÁTICAS E PERCEPÇÕES

SILVA, Manuel Carlos

Professor Catedrático em Sociologia

RIBEIRO, Fernando Bessa

Professor Auxiliar em Ciências Sociais

Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro

fbessa@utad.pt

Resumo

É frequente afirmar-se que, perante o processo de secularização, as pessoas vão deixando de praticar actividades religiosas e, por outro, perante a crise do sistema político-partidário, vão descrendo dos políticos profissionais e da própria política partidária. O objectivo desta comunicação visa testar e aferir estas afirmações com base em dados empíricos recolhidos, a propósito de uma investigação centrada nas (des)igualdades de género, a aplicação de um inquérito a 800 pessoas em Portugal Continental.

As questões colocadas remetem para problematização e uma breve avaliação sobre as várias perspectivas sobre a religião e, sobretudo, para a necessidade de analisar a relação da religião quer com os valores, quer com a política. Considerando variáveis como o sexo, a profissão, a idade, foram colocadas e analisadas diversas questões tais como o tipo de crença ou religião professada (ou nenhuma) e respectivas práticas diferenciadas por profissão e género, o grau de adesão e confiança, também por profissão e género, nos partidos para defender seus interesses ou resolver problemas.

Os dados recolhidos confirmam que a grande maioria dos portugueses é católica, distribuindo-se os restantes por outras religiões ou simplesmente são agnósticos ou ateus. Todavia, em termos de práticas religiosas regulares, além de a taxa de não praticantes ser superior à dos praticantes, as taxas de praticantes são diferenciadas por grupos profissionais e mais elevadas entre as mulheres que entre os homens. Em termos de expectativas e percepções face aos partidos no que respeita a defesa dos seus interesses e resolução de problemas, os inquiridos mostram, em termos relativos, uma maior confiança em entidades não partidárias (sindicatos, movimentos cívicos, centros sociais/paroquiais e associações de várias ordens) que nos partidos políticos.

Abstract

It is often said that, facing the process of secularization, people will no longer engage in religious activities and, on the other hand, faced with the crisis of the political system, the mistrust of the party-going professional politicians and of their partisan politics. The aim of this communication is to test and evaluate these assertions based on empirical data collected, by the purpose of an investigation focused on gender equalities, the application of 800 enquiries in Continental Portugal.

The questions refer to a brief evaluation about the various perspectives on religion and, above all, to the need to examine the relationship of religion, either with values, either with the politics. Considering such variables as gender, profession, age, were placed and examined various issues such as the type of professed religion or belief (or none) and their differentiated practices by gender and profession, the level of compliance and confidence, also by profession and gender, parties to defend their interests or solve problems.

The data collected confirm that the great majority of the Portuguese people is Catholic, distributed the remaining for other religions or simply are agnostics or atheists. However, in terms of regular religious practices, as well as the rate of non-practitioners to be higher than that of the practitioners, practicing rates are differentiated by occupational groups and higher among women than among men. In terms of expectations and perceptions vis-à-vis the parties as regards the protection of their interests and solving, respondents show, in relative terms, a greater reliance on non-partisan entities (unions, civic movements, religious centers and various associations) than in political parties.

Palavras-chave: religião, política, valores, práticas e percepções, Portugal.

Keywords: religion, politics, values, practices and perceptions, Portugal.

0. Introdução

É frequente afirmar-se que, perante o processo de secularização, as pessoas vão deixando de professar e sobretudo praticar actividades religiosas e, por outro, perante a crise do sistema político-partidário, vão descrendo dos políticos profissionais e da própria política, designadamente partidária.

Face a isto, é nosso objectivo testar e aferir estas afirmações com base nos dados empíricos produzidos por um inquérito aplicado a 800 pessoas em Portugal continental, distribuídas por sexo, idade, profissão, tipo de residência (rural ou urbano), activo-não activo,ⁱ conjugado com a exploração de elementos de natureza qualitativa, resultantes da interacção dos membros da equipa de investigação com os actores sociais observados.

As questões colocadas remetem para problematização e uma breve avaliação sobre as várias perspectivas sobre a religião e, sobretudo, para a necessidade de analisar a relação da religião quer com os valores, quer com a política. Considerando variáveis como o sexo, a profissão, a idade, foram colocadas e analisadas diversas questões tais como o tipo de crença ou religião professada (ou nenhuma) e respectivas práticas diferenciadas por profissão e género, o grau de adesão e confiança, também por profissão e género, nos partidos para defender seus interesses ou resolver problemas e, em especial, as atitudes perante as desigualdades de género por sexo, grupo profissional e nível de escolaridade.

1. Religião, economia e poder: perspectivas teóricas

Em Portugal a religião, em especial a católica, pela força do número esmagador de seus seguidores, e a Igreja, enquanto instituição, nomeadamente através da acção pastoral, tem desempenhado não só uma função de inculcação ideológica, mas também um papel de liderança em diversas instâncias que não apenas a religiosa (entre outros, F. Almeida 1967-71, Martins 1990:51 ss), Pinto (1985), Almeida (1986), Silva (1998). Atendendo à história portuguesa, tal tem contribuído para legitimar e (co)exercer o que Weber designa como "autoridade tradicional" (1978:226). O crédito obtido pela esfera simbólica não deixaria de repercutir-se na esfera temporal, como refere Freeman (1970:83-123), constituindo, em termos de Bourdieu (1980:220), a 'forma eufemizada' sob a qual agia ou age o capital económico e o próprio poder político. A questão que surge como pertinente será: em que medida a religião estrutura a conduta sócio-política indivíduos ou é estruturada pela economia e pelas relações de poder?

Confinando-se a religião à dimensão simbólica do comportamento humano, ela tem sido tradicionalmente analisada a partir de dois eixos considerados determinantes da acção social. Enquanto para os (estrutural)funcionalistas como Durkheim (1991:91-95) e Parsons (1963), a religiosidade e, em particular, o ritual, como sistema produtor de sentido e/ou componente da dimensão normativa, comunicativa e cultural inerente a qualquer sociedade, seria factor constitutivo e estruturante da vida comunitária e (co)determinante da acção humana, para Marx (1982) e os marxistas o subsistema religioso, decorrendo do processo de divisão do trabalho manual e intelectual e fazendo parte integrante do complexo superestrutural e da ideologia dominante, representaria um epifenómeno, cujas funções consistiriam em alienar os sujeitos dominados e, deste modo, legitimar e reproduzir a estrutura de desigualdade sócio-económica.

Se a primeira posição, ao considerar a religião como elemento constitutivo da sociedade, se configura como idealista e como um elemento ideológico justificativo do *statu quo* e, como tal, susceptível de forte crítica, a segunda, mesmo quando aponta o lado ideológico do fenómeno religioso, torna-se unilateral e insuficiente em termos analíticos, na medida em que menospreza ou subestima os actores crentes e o sentido comunicativo, vivencial e afectivo das crenças. Além disso, se na esteira de Weber (1978) e Bourdieu (1971), importa distinguir o papel e os interesses diferenciados entre detentores da revelação e os dos leigos como consumidores do sagrado, por outro, é incontornável relacionar o mundo do sagrado com os interesses ditos mundanos, ou seja, as manifestações religiosas são também formas de interacção social e articulam-se com outros aspectos designadamente económicos e políticos.

Tendo em conta a força sedutora ou a eficácia operatória das ideias religiosas no quotidiano produtivo e vivenciado, por um lado, e, por outro, procurando superar o impasse economicista de que o marxismo tradicional tem sido acusado, alguns marxistas como Godelier (1977:327, 1984:44) enveredam por uma linha

teórica oposta à funcionalista, mas pontualmente coincidente com esta a respeito do papel dominante e teleologicamente funcional da religião como 'relação de produção', em particular nas sociedades não capitalistas.

Atendendo, por um lado, à importância da dimensão religiosa e, por outro, à inadequacidade do (estrutural) funcionalismo ou à insuficiência da posição marxista acerca da crença religiosa, como abordá-la de modo heurísticamente plausível e fecundo?

A centralidade desta questão exige que, na análise da religião, além da dimensão interaccional e comunicativa, se entre em linha de conta com a função de legitimação-aceitação dos diversos tipos de práticas e representações presentes nos diversos grupos sociais, possibilitando assim o perpetuar das relações de dominação, aspecto este focado por Marx (1982:383 ss) e Weber (1978:413, 455 ss) e desenvolvido por autores como Bourdieu (1971:310 ss; 328) e Baderet *al* 1980: 439 ss). Por outro lado, as instituições eclesásticas, apesar de perderem cada vez mais espaço perante o processo de secularização, são ainda socialmente relevantes nos processos de persuasão junto das comunidades religiosas em meio urbano e sobretudo rural, delimitando os parâmetros normativos dos discursos e as acções dos crentes.

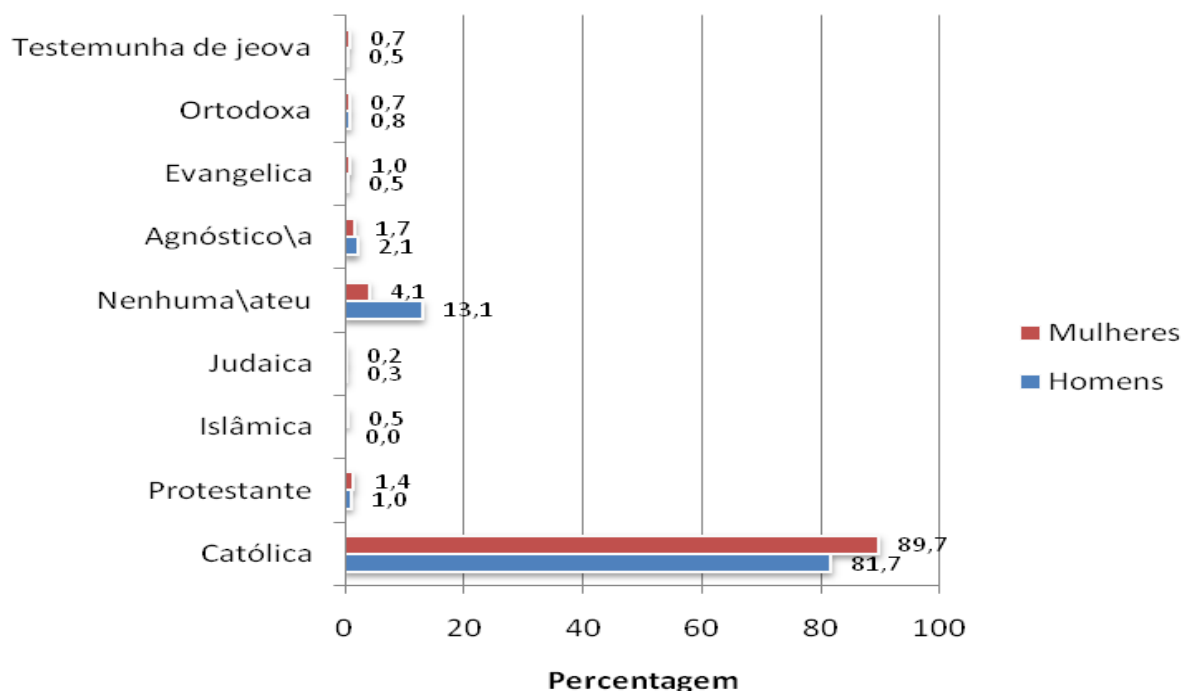
Procurando superar a tradicional unidimensionalidade marxista acerca da religião como simples fenómeno ilusório ou alienatório, autores como Bourdieu (1989:8-13) e Bader (1991:176 ss), considerando a religião uma componente nuclear do sistema simbólico, analisam-na na dupla vertente de produto social e intelectual (*opus operatum*) e de quadro cognitivo de orientação e actividade (*modus operandi*) na medida em que não só co-estrutura, legitima e preenche funções numa determinada ordem social como enquadra as diversas esferas de sentido dos actores sociais, ideia esta aliás já presente em autores como Geertz (1978:40 ss). Mais ainda, segundo Bader (1991:177), Silva (1998), Sobral (1990), por um lado, a religião fornece um quadro de referência relativamente estável para integrar as experiências e os significados biográficos dos crentes, por outro, quando problematizada, pode originar definições alternativas ou interpretações críticas da realidade e inspirar mudança pela ruptura. Donde, não sendo axiologicamente neutros ou apolíticas as crenças e práticas religiosas nem os correspondentes aparelhos eclesásticos que as suportam, torna-se imprescindível uma abordagem que articule a religião com e na política, tal como têm insistido diversos cientistas sociais, entre os quais Boissevain (1965) e, sobretudo, Bourdieu (1971:298-300, 1980:243), e Bloch que sintetiza: "Convém reparar primeiramente na política e depois na religião, vendo esta como o exercício duma forma particular de poder, do que fixar-se na religião fora do contexto político e considerá-la como a forma de explicação" (1974:79).

Em jeito de síntese, a esfera religiosa, embora detenha a sua relativa autonomia, não é separável do campo económico, político, como tal, não imune aos processos de continuidade e mudança nas sociedades, repercutindo-se também na esfera dos valores e atitudes.

2. O que nos mostra o inquérito

O inquérito permitiu saber como se distribuem as crenças religiosas ou não crenças dos inquiridos, verificando-se que, conforme revela a figura 1, a esmagadora maioria diz-se católica (85,9%), sendo residuais (entre 1,2 e 0,2) as demais crenças religiosas: protestante, ortodoxa, evangélica, testemunhas de Jeová, judaica e islâmica. As pessoas que se manifestaram como ateias, acrescidos das agnósticas ficam-se por 10,3%. Se, porém, pretendermos discriminar as crenças por sexo, verificamos algumas diferenças:

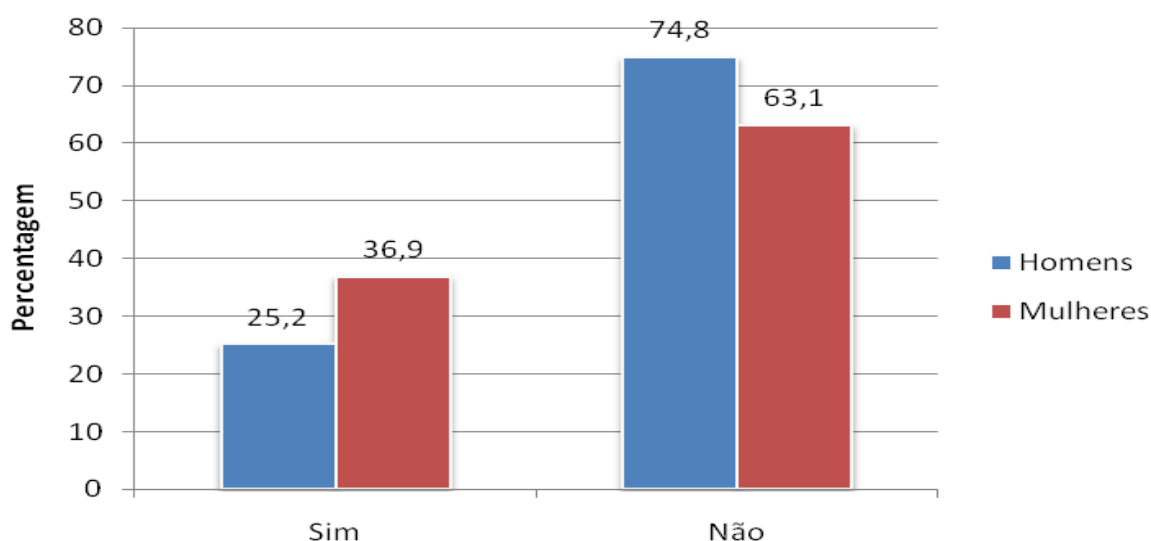
Figura 1: Crença religiosa, por sexo (%)



Fonte: IDG, 2011; N=801 (382 Homens; 419 Mulheres)

Com efeito, embora o género deva ser articulado com outras variáveis, designadamente a classe, sobre as crenças religiosas os homens apresentam algumas diferenças em relação às mulheres. Verificando-se, em termos numéricos mais mulheres católicas ($\chi^2 = 23,88$, $gI = 8,801$, $p < 0,01$)ⁱⁱ, há mais homens ateus que mulheres ateias (13,1% v 4,1%). Para além das declarações de crença foi todavia interessante constatar que do total dos crentes apenas 31,6% eram praticantes regulares contra 68,4% que não o são. Se, porém, quisermos discriminar estas práticas por sexo, a figura 2 mostra-nos os resultados:

Figura 2: Prática regular, por sexo (%)



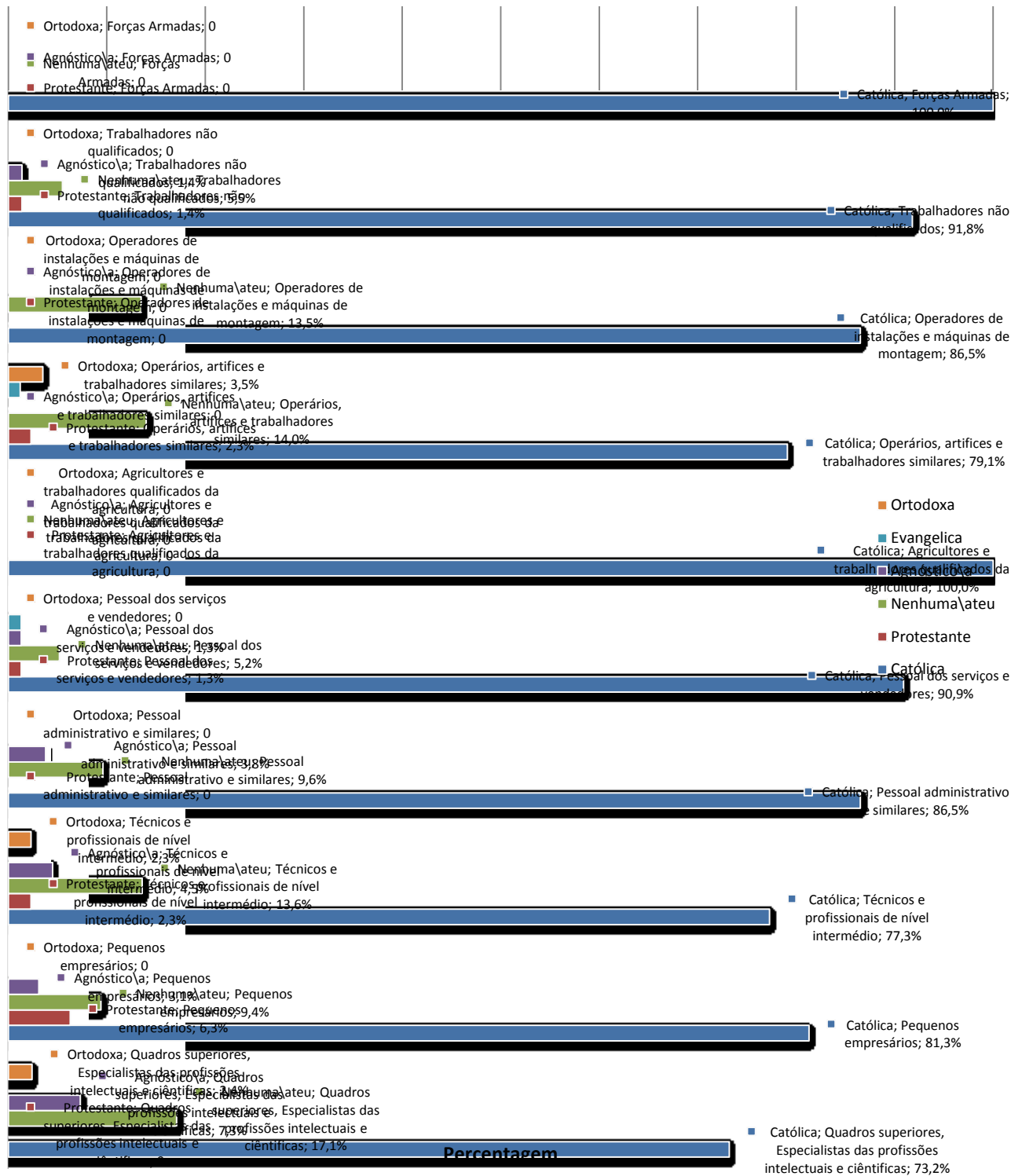
Fonte: IDG, 2011; N=801 (382 Homens; 419 Mulheres)

Se no geral há uma considerável discrepância entre a declaração de crenças e as práticas regulares, esta discrepância é maior entre os homens, cujo ratio entre não praticantes e praticantes é maior (74,8% v 25,2%) que entre as mulheres (63,1% v 36,9%). Ou seja, o sexo tem alguma influência na regularidade das práticas

religiosas na medida em que existem significativamente mais mulheres que homens a referirem ser praticantes regulares ($\chi^2 = 11,083$, $gl = 1,703$, $p < 0,01$).

Procurando agora cruzar a crença religiosa por grupo profissional obtemos os seguintes resultados:

Figura 3: Tipo de crença por grupo profissional (%)



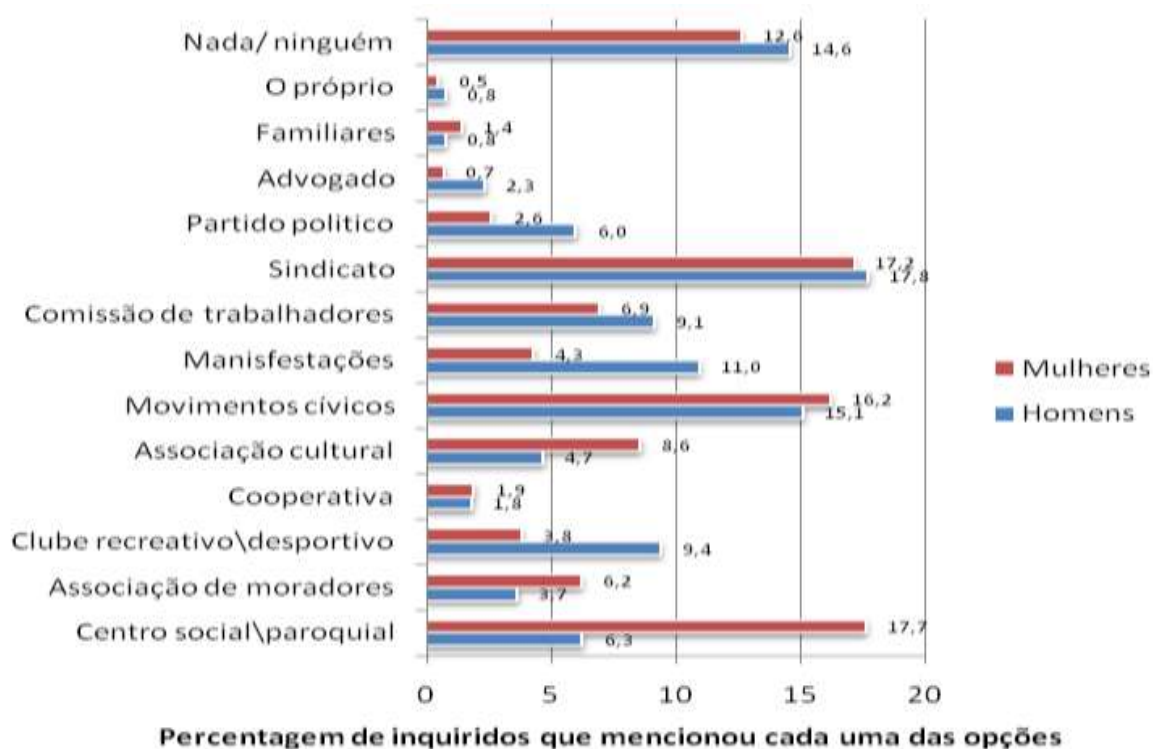
Fonte: IDG, 2011; N=465

As respostas relativas à profissão mostram que a larga maioria dos inquiridos são católicos, variando o intervalo entre os 73,2% (quadros superiores, especialistas das profissões intelectuais e científicas) e os 100% para os membros das forças armadas e agricultores e trabalhadores qualificados da agricultura. Haverá que destacar a percentagem significativa de inquiridos que se declaram ateus, com destaque para os quadros superiores, especialistas das profissões intelectuais e científicas (17,1%), os operários, artífices e trabalhadores similares (14%), e os técnicos e profissionais de nível intermédio (13,6%). A estes há que juntar os que se declararam agnósticos, com os quadros superiores, especialistas das profissões intelectuais e científicas a destacarem-se mais uma vez, com 7,3%. Ainda que seja necessário mais elementos para se inferir com razoável amparo, os dados parecem apontar para uma ligação entre escassa ou nula religiosidade e a posse de recursos escolares mais elevados (no caso dos quadros superiores, especialistas das profissões intelectuais e científicas) e posições políticas de cariz marcada mais progressista/esquerda (caso dos especialistas das profissões intelectuais e científicas e dos operários, artífices e trabalhadores similares). Por fim, são residuais os que professam outra religião. Quanto à regularidade das práticas das religiosas, verificamos que todos membros das forças armadas responderam que não são praticantes regulares, mas tal não é estatisticamente significativo, dado o baixo número de militares inquiridos. Ainda que nos outros grupos encontremos inquiridos com prática regular, de uma forma geral, e em linha com o que se conhece em relação a esta atitude, a esmagadora maioria dos respondentes não é praticante regular. O único grupo em que a maioria é praticante regular é o dos agricultores e trabalhadores qualificados da agricultura.

Uma outra dimensão dos valores é a que se prende com a política, na medida em que esta actividade está estreitamente ligada aos interesses, seja numa óptica de bem comum, quer numa outra óptica – mais frequente nas práticas sociais – de realização de interesses profissionais, pessoais, entre outros. Com efeito, quando questionados sobre qual o meio ou mecanismo mais adequado para a defesa dos interesses profissionais e pessoais, entre as três entidades ou formas mais referidas contam-se os sindicatos, os movimentos cívicos e os centros sociais/paroquiais (respectivamente com 17,5%, 15,7% e 12,2%). Se a estes itens agregarmos as comissões de trabalhadores, associações culturais, associações de moradores, cooperativas, clubes recreativos, estes somam 83%. Em contrapartida, os partidos políticos não são relevados como instâncias de defesa dos interesses profissionais e pessoais e há mesmo 13,6% que são cépticos e não têm qualquer expectativa e não acreditam em nenhuma instituição para este efeito.

Se diferenciarmos por sexo estes resultados, a figura 4 dá-nos conta da seguinte distribuição:

Figura 4: Instituições/Modos de defesa dos interesses pessoais, por sexo



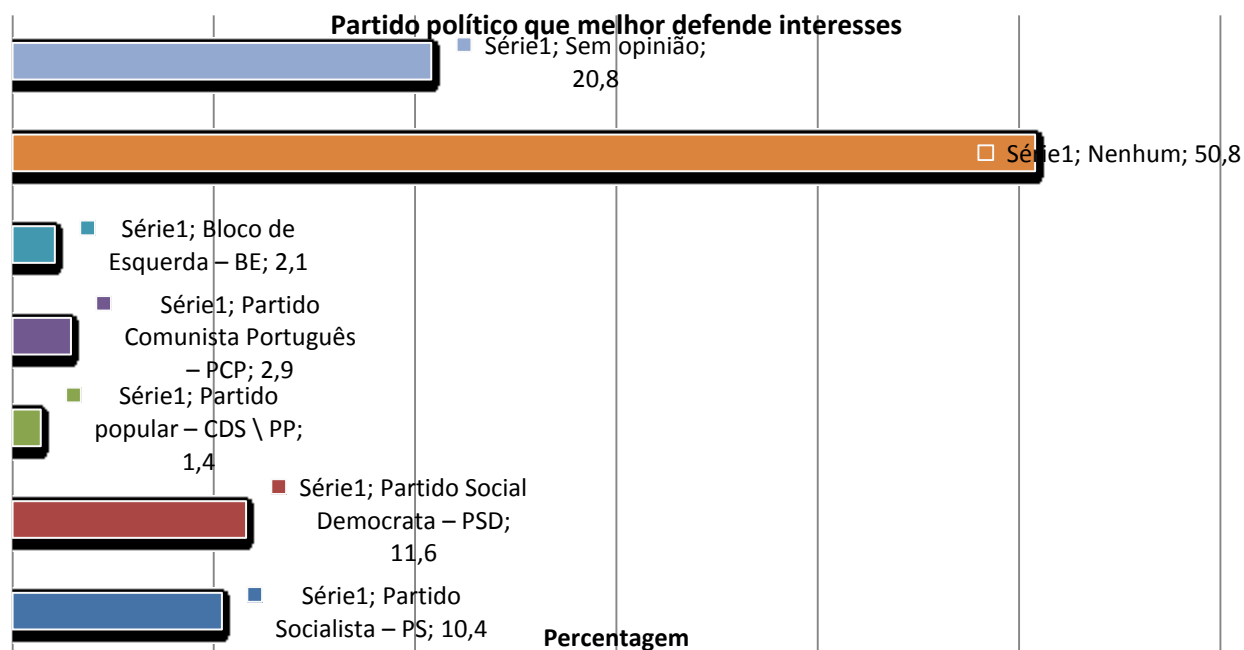
Fonte: IDG, 2011; N=802

Se acerca da virtualidade de algumas instituições, nomeadamente os sindicatos, comissões de trabalhadores e movimentos cívicos, o posicionamento de homens e mulheres é aproximado, já, porém, noutras apresentam algumas diferenças. Assim, o sexo tem influência nas formas escolhidas para a defesa dos interesses pessoais/profissionais: mais mulheres do que homens referem o “centro social/ paroquial” ($\chi^2 = 24,22$, $gI = 1,802$, $p < 0,001$), enquanto mais homens do que mulheres mencionam o “clube recreativo/ desportivo” ($\chi^2 = 10,28$, $gI = 1,802$, $p < 0,01$) e “manifestações” ($\chi^2 = 12,86$, $gI = 1,802$, $p < 0,001$). Estes resultados reproduzem de certo modo concepções e até estereótipos sobre género: o carácter mais cuidador e, eventualmente, ‘assistencialista’ do elemento feminino nos centros sociais e paroquiais e o recreativo-desportivo e/ou de combate do masculino no espaço mais claramente público em manifestações.

Neste quadro é de averiguar e confirmar, entre as instâncias invocadas, qual o papel dos partidos políticos e qual o preferível a respeito da melhor defesa dos seus interesses, são sintomáticas as respostas:

Figura 5: Partido político que melhor defende interesses

Fonte: IDG, 2011; N=801

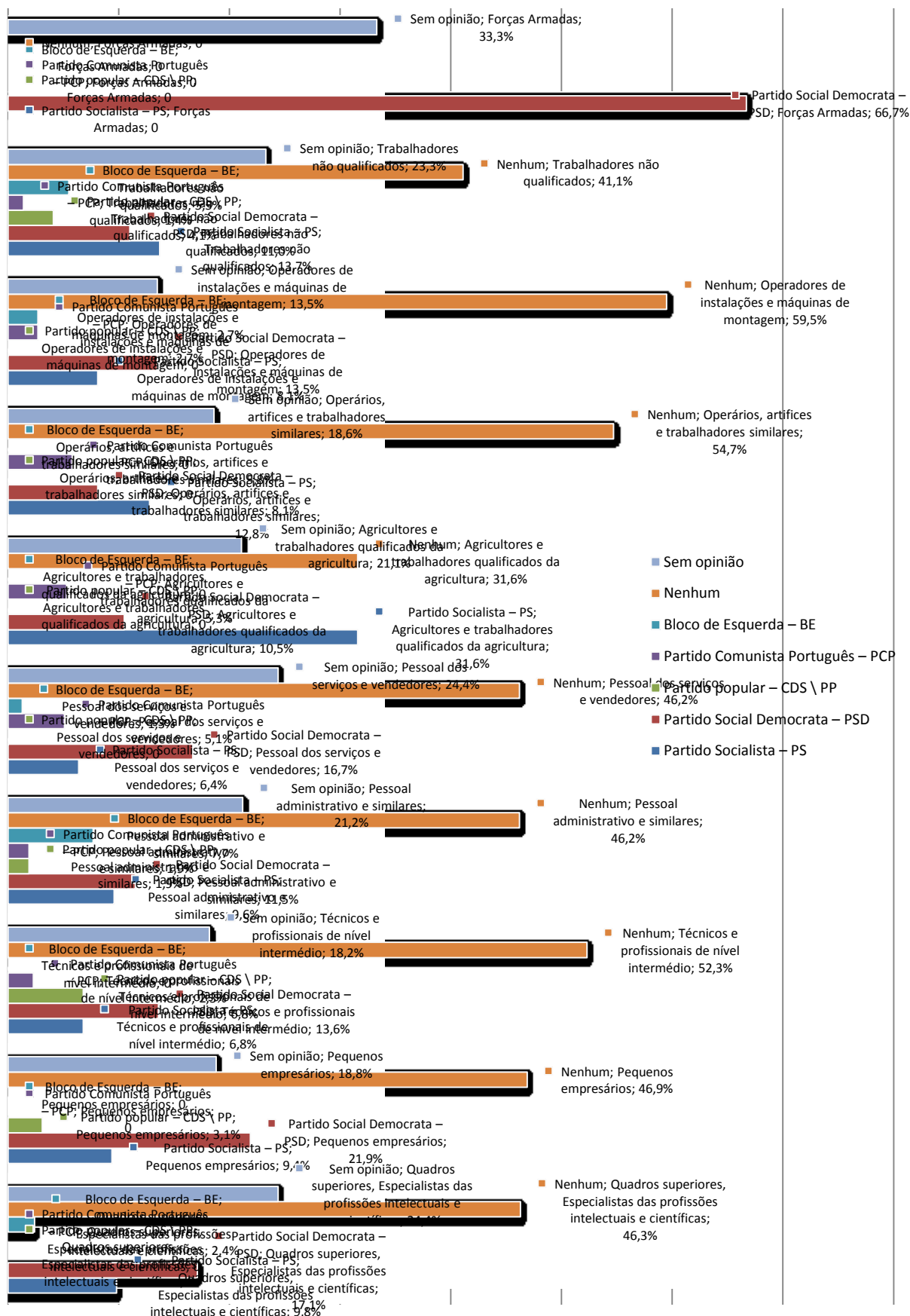


É de sublinhar, em primeiro lugar, como a maioria declara, que nenhum partido colhe aprovação a este respeito (50,8%), distribuindo-se os demais, em termos proporcionais, pelos partidos mais votados (11,6% para o PSD e 10,4% para o PS), seguidos, bastante mais distantes, pelo PCP e pelo BE à esquerda e, com menor expressão, pelo CDS à direita.

Diferenciando por sexo estes resultados globais verificam-se insignificantes diferenças. Para 50,8% de homens e 50,8% de mulheres não há nenhum partido que defenda os seus interesses, para além de 18,1% de homens e 23,4% de mulheres que não têm opinião, dividindo-se os demais, em termos proporcionais, pelos diversos partidos.

Embora devam ser vistas como indicativas, as respostas dadas pelos diversos grupos profissionais relativamente ao partido que melhor defende os seus interesses distribuem-se do seguinte modo:

Figura 6: Partido e defesa de interesses, por grupos profissionais (%):



Fonte: IDG, 2011; N=465

Optámos nesta figura por incluir as respostas relativas aos ‘sem opinião’ ou que referem que ‘nenhum’ partido defende os seus interesses, pela sua relevância percentual. Efectivamente, uma parte muito significativa dos inquiridos considera que nenhum partido defende de forma adequada os seus interesses, com destaque para os operadores de instalações e máquinas de montagem (59,5%), operários, artífices e trabalhadores similares (54,7%) e técnicos e profissionais de nível intermédio (52,3%). De referir ainda que são muitos os grupos de respondentes sem opinião, em alguns casos com valores muito elevados.

Esta situação não deixa de exprimir um certo pessimismo relativamente à capacidade da política em defender os seus interesses profissionais (e certamente pessoais) da parte dos inquiridos. Os mais optimistas em relação à capacidade dos partidos políticos em agir em defesa dos interesses dos inquiridos são os membros das forças armadas (com 66,7% a referir um partido, em concreto e sem excepção, o PSD). Em geral, e em linha com a representatividade nacional dos partidos políticos, a maioria dos inquiridos que indicaram alguma força partidária manifestou preferência pelo PSD e PS.

3. Considerações finais

Os dados recolhidos confirmam que a grande maioria dos portugueses é católica, distribuindo-se os restantes por outras religiões ou simplesmente são agnósticos ou ateus. Todavia, em termos de práticas religiosas regulares, além de a taxa de não praticantes ser superior à dos praticantes, as taxas de praticantes são diferenciadas por grupos profissionais e mais elevadas entre as mulheres que entre os homens. Atendendo à profissão, a vinculação religiosa é mais forte entre os trabalhadores qualificados da agricultura e membros das forças armadas, por contraponto aos quadros superiores, onde a percentagem dos que se declaram ateus é significativa. Assim, os dados parecem apontar, como acima foi dito, uma correlação entre escassa ou nula religiosidade e a posse de capitais escolares mais elevados – caso dos quadros superiores, especialistas das profissões intelectuais e científicas) –, que encontra correspondência em posições políticas de carácter mais progressista.

Já em termos de expectativas e percepções face aos partidos no que respeita a defesa dos seus interesses e resolução de problemas, os inquiridos mostram, em termos relativos, uma maior confiança em entidades não partidárias (sindicatos, movimentos cívicos, centros sociais/paroquiais e associações de vária ordem) que nos partidos políticos. Ou seja, estamos perante um elevado cepticismo, em linha com a percepção geral amplamente divulgada e ampliada pelos media, em relação à capacidade dos partidos políticos defenderem os interesses dos cidadãos e encontrarem as soluções para os problemas que os atingem. Mas não só, este cepticismo alastra mesmo a todas as instituições e organizações, atendendo a que existem 13.6% de inquiridos que descreem totalmente da capacidade e/ou interesse destas em defender os seus interesses, quer profissionais quer pessoais. Também aqui se encontram diferenças de género, com os homens a darem mais importância ao partido político, sindicato ou manifestações, enquanto as mulheres privilegiam largamente o centro social/paroquial. Esta diferença só pode ser explicada pelos efeitos produzidos pela ideologia de género nos processos de socialização, fundada em valores e estereótipos que, não obstante as alterações políticas, sociais e jurídicas, ainda persiste e produz efeitos notórios e desta forma mostra, na esteira de Bourdieu (1999), não só a estabilidade como também a relativa autonomia da “economia dos bens simbólicos”.

Referências bibliográficas

- Almeida, Fortunato (1967-71), *História da Igreja em Portugal*, Porto: Portucalense Editora
- Almeida, João Ferreira de (1987), “Párocos, agricultores e a cidade: dimensões da religiosidade rural” in *Análise Social*, vol. XXIII, 96:229-240.
- Althusser, Louis (1980), *Ideologia e aparelhos ideológicos do Estado*, Lisboa: Presença.
- Bader, Veit Michael (1991), *CollectiefHandelen*, Groningen: Wolters-Noordhoff.
- Bader, Veit Michael *et al.* [1980 (1976)], *Einführung in die Gesellschaftstheorie: Gesellschaft, Wirtschaft und Staat bij Marx und Weber*, Francoforte/Main: Campus.
- Bloch, Maurice (1974), “Symbols Song, Dance and Features of Articulation: is Religion an Extreme Form of Traditional Authority?” in *European Journal of Sociology*, vol XV, 1:55-81.
- Boissevain, Jeremy (1965), *Saints and Fireworks: Religion and Politics in Rural Malta*, Londres: Athlone Press.
- Bourdieu, Pierre (1971), “Genèse et structure du champ religieux” in *Revue Française de Sociologie*, vol XII: 295-334.
- Bourdieu, Pierre (1980), *Le sens pratique*, Paris: Minuit.
- Bourdieu, Pierre (1989), *O poder simbólico*, Lisboa: Difel.
- Bourdieu, Pierre (1999), *A dominação masculina*. Oeiras, Celta.
- Cohen, Abner (1969), “Political Anthropology: the Analysis of the Symbolism of Power-Relations” in *Man*, vol 4, 2:215-235.
- Durkheim, Emile [1977 (1893)], *A divisão do trabalho social*, I, Lisboa: Presença.
- Durkheim, Emile [1991 (1915)], *Formes élémentaires de la vie religieuse*, Paris: Librairie Générale Française.
- Godelier, Maurice (1977), *Horizontes da Antropologia*, Lisboa: Edições 70.
- Martins, Moisés Lemos (1990), *O olho de Deus no discurso salazarista*, Porto: Afrontamento.
- Marx, Karl (1982), “Pour une Critique de la Philosophie du Droit de Hegel” in *Oeuvres*, III, Paris: Gallimard/Pléiade.
- Parsons, Talcott (1963) “Family and Church as Boundary Structures” in N. Birnbaum y G. Lenzer (orgs) *Sociology and Religion*, Nova Jersey: Prentice Hall.
- Silva, Manuel Carlos [1998(1984)], *Resistir e adaptar-se. Constrangimentos e estratégias camponesas no noroeste de Portugal*, Porto: Afrontamento.
- Sobral, José Manuel (1990) “Religião, relações sociais e poder” in *Análise Social*, vol XXV, 107: 351-373.
- Weber, Max (1978), *Economy and Society*, editado por G. Roth y C. Wittich, Berkeley e Los Angeles: University of California Press.

ⁱ Este inquérito foi aplicado no âmbito de um projecto de investigação financiado pela FCT e finalizado em 2011 (PTDC/SDE/72257/2006).

ⁱⁱ No entanto 11 células (61,1%) apresentam frequência esperada inferior a 5, impossibilitando a aplicação rigorosa do teste. Neste sentido, procedeu-se à simulação de Monte-Carlo que permitiu confirmar os resultados ($p < 0,001$).